

GEOGRAFIA DAS FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ARRANJOS DOMICILIARES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE, 1991 A 2010¹

Itala Luzia de Andrade²

Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira³

Resumo

O presente trabalho empreende uma análise comparativa e temporal acerca das diferenças e transformações nos padrões dos arranjos domiciliares sob a perspectiva da Geografia das famílias nas Unidades da Federação da Região Sudeste do Brasil. Utilizou-se a tipologia dos arranjos domiciliares segundo Billac (2003) e Aparício e Farias (2019) para a compreensão da composição dos domicílios. Os quais foram classificados em: Unipessoal, Casais sem filhos, Casais com filhos, Monoparental e Família estendida. Os microdados dos Censos demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituíram a principal fonte de dados utilizada. Considerou-se enquanto indicadores para o estudo a proporção de domicílios por arranjo domiciliar, a Taxa de crescimento geométrica dos domicílios e a condição de ocupação segundo os arranjos domiciliares. Constatou-se que a proporção de domicílios compostos por Casais com Filhos tem predominância em relação aos demais. No entanto, a importância desse tipo de arranjo diminui ao longo dos períodos analisados, o que é evidenciado através da Taxa Geométrica de Crescimento Anual dos domicílios. Tal indicador denotou que o tipo de arranjo tradicional é o que possui menor ritmo de crescimento, enquanto os arranjos do tipo Unipessoal e Casal sem filhos apresentam ritmos mais acelerados de crescimento. Por fim, no que tange a condição de ocupação, observou-se que os domicílios próprios predominam entre os arranjos domiciliares, os do tipo cedido diminuem no decorrer do período, porém o aluguel ainda constitui uma parcela significativa na condição de ocupação das famílias na Região Sudeste.

Palavras-chave: Arranjos domiciliares; família, Região Sudeste, domicílios.

Resumen

El presente trabajo llevó a cabo un análisis comparativo y temporal acerca de las diferencias y transformaciones en los patrones de los hogares desde la perspectiva de la Geografía de las familias en las Unidades de la Federación de la Región Sudeste de Brasil. Se utilizó una tipología según Billac (2003) y Aparício y Farias (2019) para la comprensión de la composición de los tipos de hogares. Los cuales fueron clasificados en: Unipersonal, Parejas sin hijos, Parejas con hijos, Monoparental y Familia extendida. Los microdatos de los Censos demográficos de los años 1991, 2000 y 2010 del Instituto

¹ O presente trabalho é um subproduto do projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990”, ligado ao programa de pós-Graduação em Geografia realizado pelo Laboratório de Análises Geográficas, Demográficas e da População (LAGEDEP) e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), E-mail: italalandrade@gmail.com. Autora recebe bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

³ Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), E-mail: rachel.oliveira@edu.ufes.br. Autora recebe bolsa de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). A pesquisa foi apresentada com ajuda de custo do projeto Migra Família e PROAP/ CAPES.

Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) constituyeron la principal fuente de datos utilizada. Se consideró como indicadores para el estudio la proporción de domicilios por tipo de hogar, la Tasa de crecimiento de los hogares y la condición de ocupación según los tipos de hogares. Se constató que la proporción de hogares compuestos por Parejas con Hijos tiene predominancia en relación a los demás. Sin embargo, la importancia de este tipo de hogar disminuye a lo largo de los períodos analizados, lo que se evidencia a través de la Tasa de crecimiento de los domicilios. Tal indicador denota que el tipo de hogar tradicional es el que posee menor ritmo de crecimiento, mientras que los hogares del tipo Unipersonal y Pareja sin hijos presentan ritmos acelerados de crecimiento. Por consiguiente, por lo que se refiere a la condición de ocupación, se observó que los hogares propios predominan, los hogares del tipo cedido disminuyen durante el período, sin embargo, el alquiler sigue siendo una parte significativa en la condición de ocupación de los hogares en la región sudeste.

Palabras clave: tipos de hogares; familia, Región Sudeste, hogares.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por transformações significativas dentro do contexto da formação das famílias brasileiras, principalmente em relação à estrutura, a quantidade de filhos e as responsabilidades familiares dos sujeitos que sustentam as habitações. Tais modificações demonstram que houve um aumento significativo na pluralidade dos arranjos familiares, apesar da instituição das unidades familiares ainda possuírem certa estabilidade (BRASIL, 2021).

Os estudos relacionados às tendências demográficas apontam que o núcleo familiar tradicional composto por casal com filhos reduziu-se de 61,9% no Censo de 1991 para 49,4% no Censo de 2010 (IBGE, 1991, 2010). Farias e Aparício (2018) corroboram com tal perspectiva, ao observarem o aumento da complexidade dos arranjos familiares nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992 a 2006. Esta pesquisa constatou que o número de casais sem filhos ampliou-se significativamente, seguidos dos arranjos unipessoais e ampliados. Um dos motivos para essas modificações, segundo Alves e Cavenaghi (2012) seria a atual conjuntura da dinâmica demográfica, que é reflexo da diminuição nas taxas de fecundidade, e no incremento da expectativa de vida ao nascer e o aumento do número de divórcios e separações (Berquó; Cavenaghi, 2006, Rizzoto *et al.*, 2018).

Observa-se também que o tamanho médio das famílias foi impactado diretamente pelo processo de transição demográfica e urbana que ocorreu de maneira acelerada no país e impactou de forma diferenciada as regiões brasileiras, complexificando ainda mais as desigualdades regionais (Martine, G. McGranahan, G., 2010; Gastiglioni, 2020). Diante do exposto, considera-se que o atual contexto da dinâmica demográfica brasileira aponta a necessidade de entender os novos padrões de organização e distribuição espacial das famílias, indicando a importância de pesquisas que se dediquem a Geografia das Famílias.

Segundo Marques Martins (2022, p.12) “[...] o universo amplo da geografia da família demonstra certa solidez na geografia anglo-saxônica e francesa, com o qual pouco ou nenhum diálogo existe no Brasil”, o que acentua ainda mais a relevância de trabalhos como este, dada a escassez de pesquisas que se dediquem particularmente a uma análise pautada na Geografia das famílias no Brasil. Com isso, as reflexões aqui apresentadas estão alinhadas aos debates do projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990”, o qual considera a Geografia das Famílias como uma forma de repensar a Geografia da População.

Sob tais perspectivas, o presente trabalho buscou compreender a composição dos arranjos domiciliares que ocorrem nos estados que compõem a Região Sudeste do Brasil. Para isso, foram utilizados os microdados provenientes dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Realizou-se uma análise comparativa e temporal, acerca das diferenças, transformações e ritmos de crescimento na composição dos arranjos domiciliares, ademais, buscou-se analisar a relação entre o tipo de arranjo e suas respectivas condições de ocupação, individualmente por Unidade da Federação e entre elas.

O recorte espacial se justifica por dois motivos principais, primeiro porque a Região Sudeste é a região que concentra a maior parte da população e da área urbanizada do país. Sendo privilegiada do ponto de vista da presença de aparatos econômicos, sociais e culturais que são “sinônimos da vida moderna”, os quais podem interferir de maneira acentuada nos padrões dos arranjos domiciliares. Além disso, e em consequência dos elementos citados, essa região junto ao Sul do país encontram-se mais avançadas nos processos de transições (demográfica, urbana e epidemiológica), os quais são consequência e atenuantes da redução nas Taxas de fecundidade, aumento da expectativa de vida ao nascer, entre outros elementos da dinâmica demográfica. Além disso, nos interessa também explorar acerca das mudanças nos padrões de formação dos arranjos domiciliares no Espírito Santo em comparação com as demais UFs que constituem a Região Sudeste, uma vez que o referido projeto se encontra vinculado a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e esta Unidade da Federação vem apresentando significativas mudanças em sua dinâmica demográfica nos últimos 30 anos como observado por (Zanotelli, 2000; Castiglioni, 2009; Dota, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia da População ganha relevância, a partir da segunda metade do século XX, no Pós-Segunda Guerra Mundial, muito atrelada aos interesses no estado, com exaustivas descrições dos dados sociodemográficos (Rua, 1997). Tal momento, coincide com o desenvolvimento da Geografia Quantitativa ou Teorética Quantitativa, criticada por Santos (2002), quem considerava essa vertente mais como um método que uma teoria em si. Pensamento coerente com o período no qual foi colocado, devido a já citada finalidade da utilização dos dados sociodemográficos. Os quais, em sua maioria, eram provenientes do recém oficializado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936.

Por outro lado, Derruau (1973) interpreta que a Geografia da População é uma “Geografia” à medida que trata de estudar os números e os relaciona com outros elementos da Geografia, para o autor os fenômenos podem ser explicados por ela, como também são capazes de explicá-la. Logo, a Geografia da População, como aqui está pensada e aplicada, apresenta-se como uma tentativa de superar a lógica da “quantificação”, buscando através da espacialização dos dados entender e problematizar a existência ou não de padrões de distribuição da população, de acordo com um panorama não apenas demográfico, mas também social. Dessa forma, a presente proposta, encontra-se diretamente alinhada com as perspectivas do projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990”, no qual acredita-se que a família se apresenta como excelente unidade de análise de processos e fenômenos demográficos ao comportar questões como a mudança do padrão dos domicílios (Ogden, 1999).

No período de 1940 a 2010 o Brasil converteu-se em um país de economia industrializada, com a população fortemente concentrada nas cidades (Scott, 2012). Esse processo chamado de transição urbana não impactou somente na distribuição da população, como também nos padrões dos estilos de vida. Em uma sociedade urbana novas dinâmicas passam a reger o cotidiano dos individuais e conseqüentemente impactam nas aspirações para formação das famílias, pois a vida urbana ressignifica não apenas a lógica do trabalho, mas impõe a necessidade de mudanças nos modos de vida/viver. A inserção da mulher no mercado de trabalho é um exemplo de “conquista” para os estilos de vida modernos, porém cada vez mais apresenta-se como uma necessidade para composição da renda familiar, o que acarreta diretamente na “decisão” de ter ou não ter filhos (Goldani, 2004; Marcondes; Oliveira; Vieira, 2015; Pereira *et al.*, 2015).

Outra questão relevante de se considerar é a desigualdade regional dos processos de

transição demográfica e urbana e epidemiológica no Brasil (Faria, 1991; Prata, 1992; Vermelho e Monteiro, 2002; Castiglioni 2012; 2020). A forte concentração dos aparatos urbanos, industriais, tecnológicos, científicos etc. no Centro-Sul (Santos; María Laura Silveira, 2021) são fatores importantes de atenuação das desigualdades nos diversos processos de transição, e que também podem ser observadas na espacialidade das doenças pelo território brasileiro (Schramm *et al.* (2004) e na mudança dos padrões de nupcialidade e reprodução (Carvalho; Brito, 2005).

Billac (2003) expõe que no Brasil após a constituição de 1988 colocou-se em evidência a família como unidade de análise para formulação de políticas públicas, concomitantemente, o núcleo familiar também é utilizado enquanto unidade de análise em pesquisas para medição da pobreza (Januzzi, 2017). Logo, entende-se que “[...] as famílias constituem um importante objeto de investigações das pesquisas quantitativas das ciências sociais [...]” (Aparício, 2018, p. 7). Por conseguinte, denota-se a importância de atentar para os impactos desses processos que ocorrem de maneira diferencial pelo território brasileiro sob o viés da Geografia das famílias pensada a partir da Geografia da população, observando os impactos das diversas transições na formação das famílias e contribuindo assim para esse campo dentro dos estudos geográficos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa encontra-se dividida em três etapas. No primeiro momento propõe-se uma breve análise bibliográfica, acerca das temáticas: Geografia da população, Geografia das famílias e os processos de transição (demográfica, urbana e epidemiológica) e seus diferentes impactos nas regiões brasileiras. Para isso, buscou-se por bibliografia disponível em acervos de revistas eletrônicas, artigos científicos e anais de congressos.

No segundo momento foram tabulados e analisados os microdados de três censos demográficos disponibilizados pelo IBGE (1991, 2000 e 2010). Os dados foram processados segundo uma *sintaxe* criada, por meio de *software* estatístico, utilizando-se o arquivo de pessoas dos censos demográficos pesquisados. A variável correspondente ao “tipo de unidade doméstica” foi reclassificada para gerar uma nova, a qual foi nomeada de “arranjo domiciliar”, a qual foi classificada em 5 tipologias de arranjos: *unipessoal*, *casal com filhos*, *casal sem filhos*, *monoparental*, *família estendida e unipessoal*. O arranjo domiciliar foi escolhido enquanto unidade de análise pois apresenta-se como uma interseção entre o Grupo familiar e o Grupo domiciliar. Segundo Aparício e Farias (2019, p.8) “No Brasil o termo arranjo domiciliar é quase

sinônimo de arranjo familiar”.

As tipologias dos arranjos domiciliares foram consideradas de acordo com Aparício e Brusse (2018) e Farias e Aparício (2019). Os autores basearam-se principalmente no que propõe Billac (2003, p.17-18), para quem “[...] os arranjos familiares de residência empiricamente observáveis são produto da composição de três características distintas de organização da vida familiar [...]”, quais sejam: Conjugalidade x Monoparentalidade, Isolamento x Ampliação e Presença x Ausência de Prole Residente.

Desta forma, a partir da nova variável foram gerados indicadores por arranjo domiciliar, bem como para o universo dos domicílios, quais sejam: (1) Proporção de domicílios por arranjo domiciliar, (2) Taxa Geométrica de Crescimento Anual dos domicílios, (3) Condição de ocupação (próprio, cedido e alugado). Se faz necessário ressaltar que a Taxa média de crescimento dos domicílios foi calculada segundo a fórmula da Taxa Geométrica de Crescimento Anual para os períodos intercensitários de 1991/2000 e 2000/2010. As variáveis “P” na fórmula, a seguir foram substituídas pelo número de domicílios, considerando o arranjo domiciliar para o período intercensitário analisado. A seguir pode-se observar a fórmula e a descrição da mesma segundo a Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA):

$$r = [(\sqrt[n]{Pt \div P0}) - 1] \times 100$$

As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período. (Ripsa, 2008, p.62)

Este procedimento foi realizado para todas as 27 Unidades da Federação, no entanto, para este trabalho extraiu-se como unidades de estudo apenas as UFs as que compõem a Região Sudeste do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) como forma de analisar mais aprofundamento a dinâmica dos arranjos domiciliares dessa macrorregião. A partir do banco de dados consolidado do projeto, foram geradas tabelas, gráficos e mapas específicos para tais UFs. Em seguida, através de uma análise temporal e comparativa buscou-se observar diferenças e transformações no ritmo de crescimento, no tamanho e na distribuição (por condição de ocupação) dos domicílios, tendo em vista evidenciar as mudanças no padrão dos arranjos domiciliares nas UFs e entre elas no período de 1991 a 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao levarmos em conta os dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 para a proporção dos tipos de arranjos observar-se que na Região Sudeste, de maneira geral, os arranjos domiciliares do tipo Unipessoais e de Casais sem filhos são os que apresentaram maior crescimento proporcional entre os demais, estando acima da média nacional em todos os períodos considerados. Por outro lado, na tipologia dos Casais com filhos a região segue a tendência nacional de queda na proporção desse tipo de arranjo. Os domicílios de composição Monoparental apresentaram crescimento mais significativo no primeiro período (1991-2000) e parecem estagnar em seguida. Os arranjos do tipo Família estendida demonstram comportamento contrário ao Monoparental, tanto a nível de Brasil quanto na Região Sudeste, se no primeiro período intercensitário há uma queda no segundo voltar a crescer proporcionalmente.

A análise da Tabela 1 indica que a evolução da proporção dos tipos de arranjos domiciliares ao longo tempo acompanha uma perspectiva atrelada aos processos de transição urbana e demográfica na Região Sudeste. Como assinalado anteriormente esta região encontra-se em momentos relativamente avançados dos processos de transição quando comparada as demais regiões brasileiras (Faria, 1991; Prata, 1992; Vermelho e Monteiro, 2002; Castiglioni 2012; 2020).

Tabela 1: Proporção de domicílios por arranjo domiciliar, Região Sudeste (1991, 2000 e 2010)

UF	Unipessoal			Casal com filhos			Casal sem filhos			Monoparental			Família estendida		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Minas Gerais	7,00	9,39	12,82	50,99	49,15	41,24	8,94	10,14	13,53	9,12	10,85	11,36	23,96	20,47	21,06
Espírito Santo	5,97	8,41	11,89	51,31	50,40	41,99	9,06	10,93	15,40	7,84	10,27	10,62	25,82	20,00	20,11
Rio de Janeiro	8,98	11,63	15,37	42,33	42,38	36,00	11,53	12,22	14,87	9,68	11,87	11,86	27,49	21,90	21,91
São Paulo	6,60	9,10	12,13	50,28	48,66	40,87	10,98	11,81	14,76	7,64	10,18	10,50	24,49	20,24	21,74
Região Sudeste	7,19	9,67	12,95	48,75	47,53	39,99	10,55	11,47	14,52	8,44	10,70	10,99	25,07	20,63	21,54
Brasil	6,68	8,92	11,99	48,89	47,72	40,47	9,57	10,61	13,89	8,06	10,08	10,47	26,80	22,67	23,18

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelas autoras (2023).

Nesse sentido, os resultados encontrados para as proporções dos tipos de arranjos corroboram com tal perspectiva, uma vez que tal região, historicamente é considerada a mais desenvolvida do ponto de vista industrial, urbano e tecnológico do país, estando dotada de aparatos capazes de transformar os estilos vidas e modificar os padrões de formação das famílias. O que está evidenciado principalmente no incremento de domicílios com arranjos

Unipessoais e de Casais sem filhos, e na queda geral dos domicílios compostos por Casais com filhos, porém este se mantém como o arranjo com maior proporção entre os demais, em todos os períodos considerados em todas as UFs da Região Sudeste. Particularmente, cabe destacar o Espírito Santo, pode-se notar que o arranjo do tipo Unipessoal praticamente dobrou num período de 19 anos, enquanto o Rio de Janeiro foi o que obteve maior crescimento proporcional para esse tipo de arranjo.

Deste modo, a fim de ampliar a análise para uma melhor compreensão espacial do ritmo de crescimento dos arranjos familiares, foram elaborados os mapas a seguir (Figuras 1 e 2) que demonstram as taxas de crescimento dos domicílios por arranjo domiciliar nos períodos de 1991-2000 e de 2000-2010. O intuito foi possibilitar maior visibilidade das possíveis diferenças entre os “percentuais de incremento médio anual” dos domicílios de maneira geral e por arranjo domiciliar. Por se tratar de uma variável Quantitativa Contínua, a taxa foi repartida em quartis, ou seja, dividida em conjuntos ordenados de quatro partes iguais.

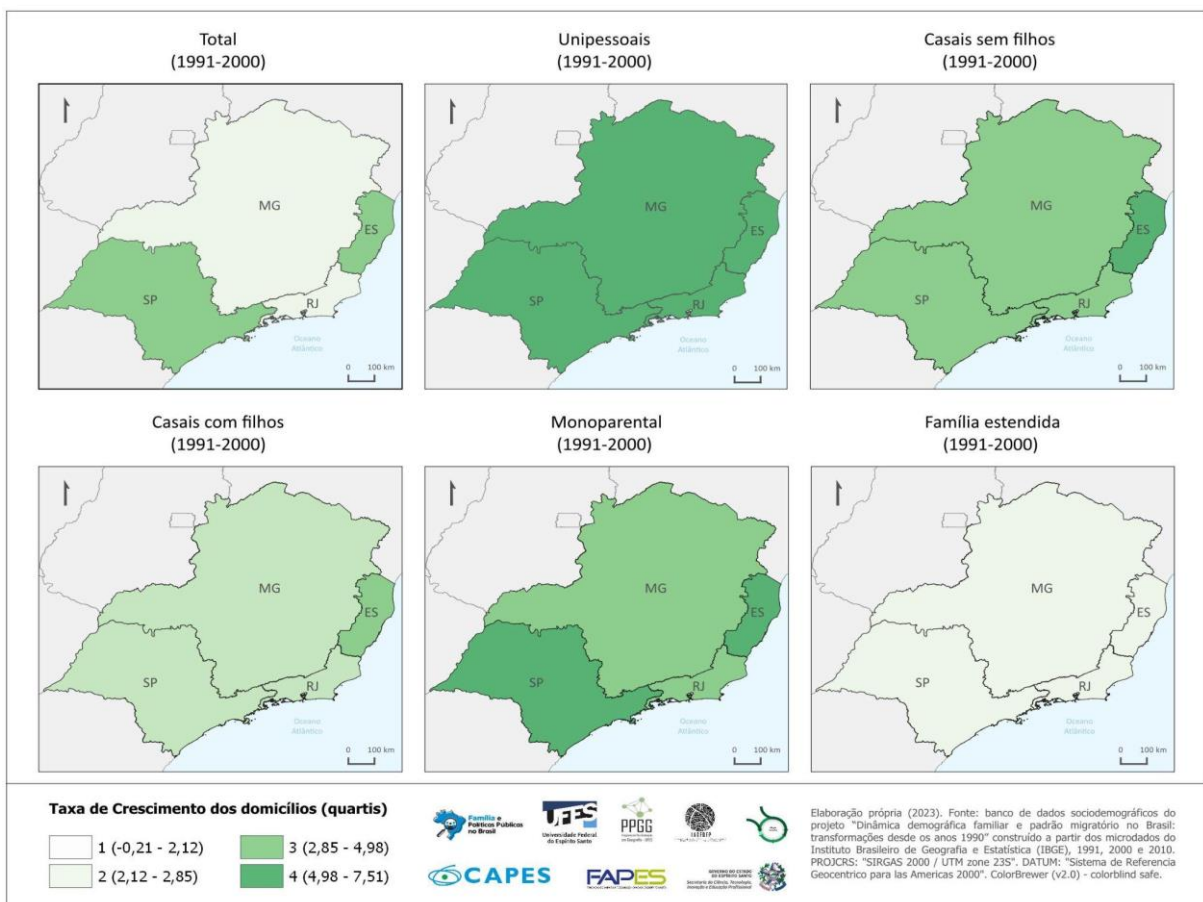


Figura 1: Taxa de crescimento dos domicílios por arranjo domiciliar, Região Sudeste (1991-2000).

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelas autoras (2023).

Pode-se observar que o ritmo de crescimento do universo dos domicílios apresenta algumas distinções entre as UFs, porém, de forma geral, é possível afirmar que a taxa de crescimento dos domicílios acompanha a tendência de queda do ritmo de crescimento da população como um todo. São Paulo e Espírito Santo, por exemplo, ao longo dos dois períodos diminuíram o ritmo de crescimento médio anual, enquanto o Rio de Janeiro permaneceu estagnado no primeiro quintil, com as menores taxas. Distinguindo-se de maneira particular, apenas Minas Gerais que apresentou aumento da taxa entre os períodos, enquadrando-se no mesmo quintil que o Espírito Santo entre 2000-2010.

As especificidades encontradas podem estar atreladas a saturação de áreas para novos empreendimentos (industriais e imobiliários) nos estados que historicamente receberam a maior parte do contingente de migração interna do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Logo, observa-se uma realocação da população para outros estados. Além disso, cabe salientar que Minas Gerais é uma UF composta por 854 municípios, sendo muitos deles municípios de porte pequeno em termos populacionais, apresentando características rurais, com grandes áreas para expansão dos domicílios. Assim como o Espírito Santo que apesar de ocupar um território significativamente menor, possui também áreas disponíveis para expansão, como também permanece com ritmo considerável de crescimento dos domicílios.

Analisando-se o ritmo de crescimento dos domicílios segundo os arranjos, tem-se que os arranjos dos tipos Unipessoal e Casais sem filhos, apresentaram respectivamente os maiores ritmos de crescimento em ambos os períodos, contrastando com os arranjos dos tipos Casais com filhos e Monoparental.

Nos domicílios compostos por Casais com filhos há uma queda geral no ritmo de crescimento das taxas médias anuais. No período compreendido entre 1991-2000 este tipo de arranjo esteve com valores maiores. Porém, foi o tipo de arranjo de Família estendida, que começou a se sobressair no período seguinte. Perazzolo e Pereira (2008) assinalam que a Família estendida é uma forma de configuração familiar que não é notado apenas de maneira social, mas é algo que existente e funcional, que influencia na constituição dos domicílios, pois modifica o núcleo tradicional das famílias tanto notado em grupos familiares nacional quanto internacional.

O Espírito Santo se destaca no período de 1991-2000 com as maiores taxas de (3,3%) no arranjo do tipo Casais com filhos, encontrando-se acima da média nacional. Apesar disso, há uma queda em curso no ritmo de crescimento dos arranjos compostos por Casais com filhos

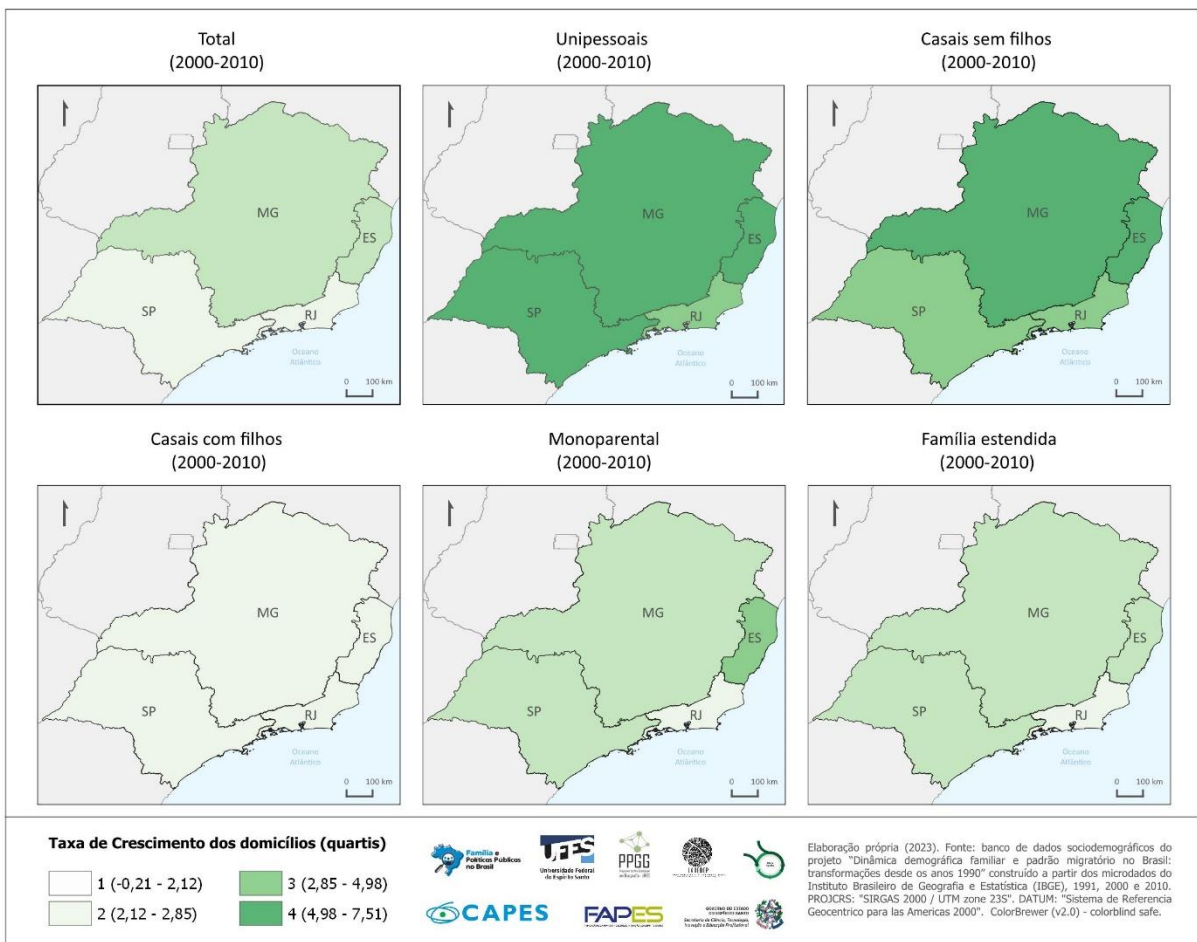


Figura 2: Taxa de crescimento dos domicílios por arranjo domiciliar, Região Sudeste (2000-2010).

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelas autoras (2023).

no período de 2000-2010 (2,6%). Em primeiro lugar pode apresentar-se como um reflexo da redução das taxas de fecundidade, associadas ao avanço do processo de transição demográfica e ao incremento de novos tipos de arranjos domiciliares.

Verifica-se que ao analisar do ponto de vista da Taxa Geométrica de Crescimento Anual dos domicílios, os arranjos compostos por Casal sem filhos e Família estendida apresentaram maior ritmo de crescimento em relação aos demais. Especialmente no caso do Espírito Santo, seguido de Minas Gerais é possível lançar mão da hipótese dos efeitos indiretos da migração, pois o rejuvenescimento da população é uma característica desse processo que pode impactar ou não no formato dos tipos de arranjos domiciliares.

Por conseguinte, os arranjos do tipo Unipessoal, apesar de desacelerarem o ritmo de crescimento entre os períodos, permanecem como o tipo de arranjo com maior ritmo de crescimento. Aumento no número de divórcios e separações (Alves e Cavenaghi, 2012), a

própria composição da população, concentrada na PIA (População em Idade Ativa) e o aumento da expectativa de vida são atenuantes a se considerar no aumento de domicílios do tipo Unipessoal. No período entre 1991-2000, com exceção do Rio de Janeiro, as demais UFs revelaram taxas de crescimento desse tipo de arranjo superiores as médias nacionais. Com destaque para o Espírito Santo que manteve taxas superiores à média nacional nos dois períodos analisados 7,5% (1991-2000) e 6,3% (2000-2010), quando a média nacional era de e 6,2% e 5,5% respectivamente.

As condições de ocupação dos domicílios também foram se alterando ao longo das décadas, como podemos notar na Figura 3 que evidencia a mudança da condição de ocupação dos domicílios, considerando os arranjos domiciliares da Região Sudeste.

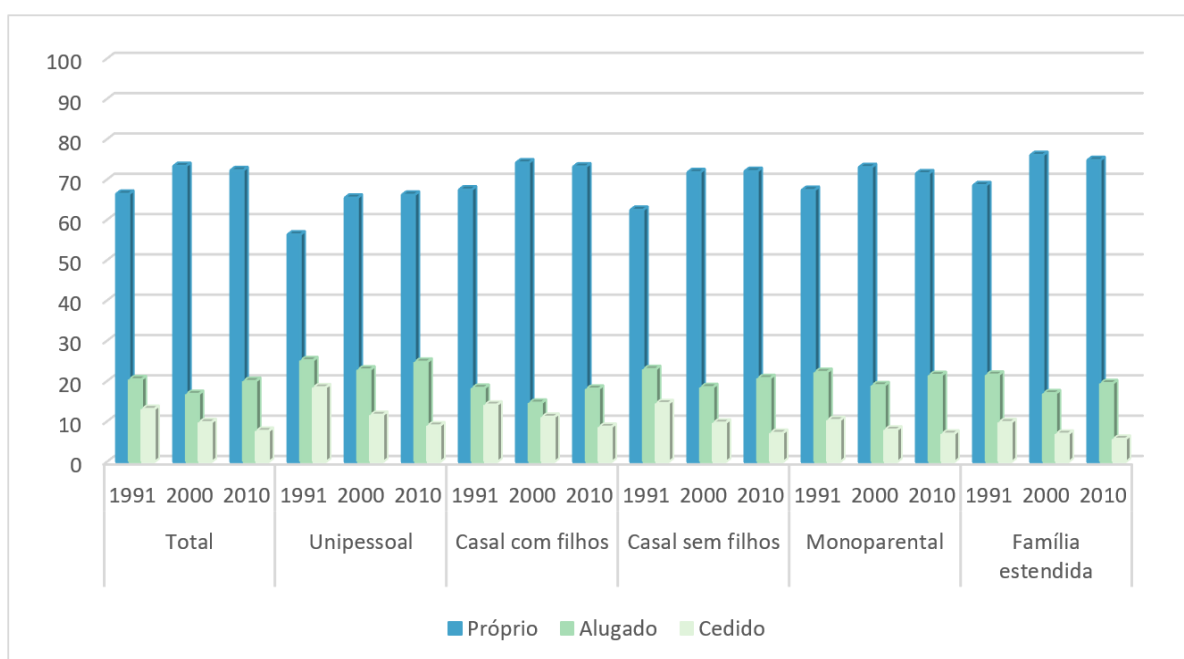


Figura 3: Condição de ocupação por arranjo domiciliar, Região Sudeste (1991, 2000 e 2010)

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelas autoras (2023).

Notamos que em todos os arranjos considerados para a Região Sudeste a obtenção da casa própria é ainda um fator de relevância da condição de moradia, e podemos afirmar que os programas de políticas de habitação como o “Minha Casa minha vida” (MCMV) ajudaram as pessoas a ter acesso a casa própria. Carvalho e Medeiros (2017) comentam que desde o surgimento do programa MCMV lançado em 2009 pelo Governo Federal, houve grande modificação na diminuição do déficit habitacional e aumento do acesso ao mercado habitacional para o caso de famílias com renda até 10 salários-mínimos (SM). O que acarretou a diminuição no tipo de condição de ocupação de moradia cedida.

No arranjo do tipo Unipessoal, houve uma queda drástica no tipo de condição de moradia cedida que foi acentuada com o passar das décadas. Por outro lado, a condição de ocupação aluguel se mantém o nível em todos os arranjos domiciliares. De acordo com Cardoso e Aragão (2013) os empreendimentos do MCMV tinham como uma das características de ordenamento ter a localização, em município central e municípios periféricos das metrópoles, detectou-se que havia na maioria dos empreendimentos construídos pelo MCMV uma tendência a estarem em áreas de periferização, principalmente os situados nas metrópoles das regiões Nordeste e Sudeste. Este estudo evidencia ainda os casos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza e Goiânia mostrando a existência da relação a segregação espacial estados de outras regiões do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a formação e a organização das famílias é um importante desafio a ser enfrentado, pois auxiliam na elaboração de políticas sociais e na implementação de possíveis soluções para os problemas relacionados às condições básicas para produção e reprodução da vida. Especialmente os estados que compõem a Região Sudeste, apresentaram em seus arranjos familiares transformações, diferenças e similaridades ao se considerara análise dos dados sociodemográficos dos censos de 1991, 2000 e 2010.

Ainda, é necessário salientar a importância de se utilizar diferentes tipos de indicadores e medidas para observar as transformações, diferenças e similaridades nas composições dos arranjos domiciliares. A proporção de domicílios, por exemplo, revela uma "fotografia" do ano de referência baseado na distribuição da população no período. Por outro lado, a Taxa Geométrica de Crescimento Anual dos domicílios expõe os ritmos de crescimento entre os anos observados. Por esse motivo, possibilita destacar as transformações em uma escala de análise que revela diferentes intensidades regionais para o caso do Brasil.

Os processos de transição demográfica, urbana e epidemiológica impactaram também de maneira desigual os padrões de formação dos domicílios. Deste modo, foi possível verificar que os arranjos familiares tradicionais como os compostos por Casais com filhos vêm decrescendo progressivamente sua importância, principalmente no que tange ao ritmo de crescimento observado através da Taxa Geométrica de Crescimento Anual dos domicílios. Sendo essa uma tendência não só nacional como internacional ao longo das últimas décadas.

A análise da Região Sudeste também ajuda a demonstrar o contexto da relação dos arranjos domiciliares e a condição de ocupação que ocorre em todo território nacional e que não

é significativamente diferente do que ocorre em outros países latino-americanos, pois um dos grandes “gargalos sociais” são as políticas habitacionais. Tais políticas apesar da promoção do acesso à casa própria não conseguem extinguir o déficit habitacional existente. Nos países do norte global, vários estudos têm apregoado os impactos positivos da propriedade do imóvel sobre a qualidade de vida da população e sua atuação enquanto sujeitos sociais. No Brasil, todavia, o aluguel ainda é a realidade para muitas famílias. Por fim, a condição de moradias cedidas muito comum no século XX, vem diminuindo a cada década devido as conjunturas socioeconômicas do país, o que afeta a formação, a composição e a distribuição dos arranjos.

Contudo, a consideração de outras escalas de análises (regional, interestadual, metropolitana, intrametropolitana), como outras metodologias quantitativas e qualitativas são significativamente relevantes para demonstrar o processo em vigor. As quais foram utilizadas em outros âmbitos do projeto “MigraFamília”. Também interessa colocar que estamos aguardando a divulgação dos microdados do Censo demográfico de 2022 para complementar esta reflexão com dados atualizados, os quais poderão confirmar ou não os padrões de evolução aqui observados. Além disso, acreditamos que os dados do censo poderão revelar as diferentes formas de impacto das crises política e econômica que o Brasil vem atravessando na última “década” na dinâmica populacional, as quais ainda foram intensificadas pela pandemia da COVID-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 27, n. 2, 2012, p. 91-114.

APARICIO, C. A. P.. **Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV**. Aparício, C. A. P.: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Campinas-SP: Unicamp, 2018. 55p.

APARICIO, C. A. P.; BRUSSE, G. P. L. Demanda demográfica de viviendas: proyección de los arreglos residenciales hasta 2030 a partir de la población destinataria de un programa de vivienda social de la Compañía de Desarrollo Habitacional y Urbano (CDHU) en el estado de São Paulo. **Notas de Población** n. 107, 2018. p. 103-129.

APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. . A geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. In: **XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2019, Vitória. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB. Serra: Editora Milfontes, 2019. v. 1. p. 450-466.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no

número médio de filhos por mulher no Brasil. Novos estudos **CEBRAP**, São Paulo, n. 74, 2006. p. 11-15.

BILAC, E. D. Estruturas familiares e padrões de residência. **Mimeografado**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BRASIL. **Fatores e Números: Arranjos Familiares no Brasil: Ministério da Mulher, das famílias e dos Direitos Humanos.** Observatório das Famílias (org.). Brasília -DF: 2021, p. 1-9. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CASTIGLIONI, AURÉLIA HERMÍNIA. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Revista Geografares*, v. 7, p. 93-110, 2009.

CASTIGLIONI, AURÉLIA HERMÍNIA. Inter-relações entre os processos de transição demográfica, envelhecimento populacional e transição epidemiológica no Brasil. In: **V CONGRESSO DE ALAP Las transiciones en América Latina y el Caribe. Cambios demográficos y desafíos sociales** presentes y futuros, 2012, Montevideo. 2012. Disponível em: <http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL537.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CASTIGLIONI, AURÉLIA HERMÍNIA. Transição urbana e demográfica no Brasil: características, percursos e tendências. **Ateliê geográfico** (UFG), v. 14, p. 06-26, 2020.

CARVALHO, A. DE A. V. DE.; MEDEIROS, V. A. S. DE. O papel do programa Minha casa, minha vida no processo de construção das cidades: a perspectiva configuracional. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 396-407, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/FkFLVPCZLTtkbY8hpP5RBYP/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 out. 2023.

CARDOSO, A. L, ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida: In: Cardoso, A. L. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capita, 2013, 322p.

CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Rev. bras. estud. popul.**, 2005 22(2), 351-369. <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982005000200011>>.

DERRUAU, Max. **Geografia Humana I**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

DOTA, EDNELSON M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Revista Geografares JCR**, v. 21, p. 142-153, 2016.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29, p. 98 – 119, 1991. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/faria_vilmar_1991_cinquenta_anos_urbanizacao_brasil.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2023.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se

deve repensar essa relação no Brasil? In: CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/186018-Relacoes-intergeracionais-e-reconstrucao-do-estado-de-bem-estar-por-que-se-deve-repensar-essa-relacao-para-o-brasil.html>> Acesso em 10 out 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em 12 de fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>>. Acesso em 12 de fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em 12 de fev. 2023.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

MARQUES MARTINS, ISIS DO MAR. Geografia Da Família, Aspectos Teóricos E Abordagens Qualitativas: Uma Introdução. **REVISTA GEOGRAFARES**, v. 1, p. 94-111, 2022.

MARCONDES, G. S. Avós que residem com netos: características dos arranjos doméstico-familiar multigeracionais no Brasil a partir de 1990. **Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”**. Unicamp, Campinas: 2019, 25p. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_88.pdf> Acesso em 11 mar.2023.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.) **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, Ed. UNFPA e Nepo, 2010.

OGDEN, P. E. Population Geography. **Progress in Human Geography**, v. 23, n. 4, p. 617–631, 1999. p.619.

PERAZZOLO, O. A. PEREIRA, S. Família estendida: teorizando sobre sua importância no desenvolvimento da família nuclear. **INFAD Revista de Psicología**, nº 1, v.4, p. 523-530.2008, Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3498/349832319056.pdf>>. Acesso em 19 out. 2023.

PEREIRA, R. A., ALVES-SOUZA, R. A., VALE, J. S. O processo de transição epidemiológica no Brasil: uma revisão. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, 2015; v. 6, n.1, pp. 99-108. Disponível em: <<http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/322>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PRATA, PEDRO R.. A transição epidemiológica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** vol.

8, nº 2, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v8n2/v8n2a08.pdf/>>. Acesso em 02/05/2017.

Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il.

RIZZOTTO, J. S.; et al. Os arranjos familiares importam no momento de decidir em qual rede de ensino matricular os filhos? **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 35, n. 1, 2018, p. 1-27.

RUA, João. Repensando a Geografia da População. Rio de Janeiro: **Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da UERJ**, 1997.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. [s.l.] EDUSP, 2002.

SANTOS, M.; MARÍA LAURA SILVEIRA. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. [s.l.: s.n.].

SCHRAMM, J. M. A.; OLIVEIRA, A.F.; LEITE, I.C.; VALENTE, J.G.; GADELHA, A.M.J.; PORTELA, M.C.; CAMPOS, M. R. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(4):897-908, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000400011>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SCOTT, A. S. V. População e família no Brasil contemporâneo: muitas mudanças e algumas reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, p. 3-5, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/xxJb3vf7ydpDTTKsNCnDRtF/>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

VERMELHO, L. L. ; MONTEIRO, M. F. G.. Transição Demográfica e Epidemiológica. In: MEDRONHO, R. A. Et al. **Epidemiologia, SP** : Editora Atheneu, 2002.

VIEIRA, A. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil**, 2015. Disponível em: <www.cse.ufsc.br/~gecon/coord_mono/2007.1/Andreza.pdf> Acessado 30 ago. 2023

ZANOTELLI, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, v.1, n.1, p.29-40, 2000.